

Dossiê: Empresariado, Estado e Sociedade

Apresentação

*Ary Cesar Minella **

*Maria Soledad Etcheverry **

*Jacques Mick **

*Denise Gros ***

*Wagner Iglecias ****

*Armando Dalla Costa *****

Quais os efeitos da crise econômico-financeira internacional, agravada em 2008, sobre os países latino-americanos e sobre a atuação política do empresariado do continente? Em torno deste tema, e de outras questões relacionadas com o empresariado, mais de uma centena de pesquisadores se reuniu em Florianópolis, em maio de 2010, durante o VII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade¹. Nasceu neste evento a proposta de formação de um dossiê, publicado nesta edição da *Política & Sociedade*. Apesar da impossibilidade de acolher o número significativo de artigos que atenderam à chamada pública para o dossiê, os seis textos aqui reunidos permitem uma visão ampla do tema ao considerar relações entre o empresariado, o Estado e a sociedade em três países da América Latina.²

* Universidade Federal de Santa Catarina.

** Fundação de Economia e Estatística - Rio Grande do Sul.

*** Universidade de São Paulo.

**** Universidade Federal do Paraná.

1 O evento, promovido pela rede de pesquisadores, foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, com apoio da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP e da UFPR, e contou com recursos da UFSC, da CAPES e da FAPESC.

2 Agradecemos a todos os pareceristas que de forma pronta e qualificada examinaram os artigos encaminhados para o dossiê.

Carlos Alba Vega, no estudo “Empresarios, política y sociedad en América Latina. El caso de México”, constrói uma trama complexa e de grande riqueza descritiva que se desenvolve durante várias épocas da história mexicana, cujo marco inicial é identificado com a revolução social e política de 1910 e sua herança expressada na presença e no poder dos governos pós-revolucionários; seguido pelo papel do *Consejo Mexicano de Hombres de Negocio*; pela participação dos empresários na transição democrática, e culminando com uma análise sobre a conduta dos empresários nas eleições presidenciais de 2006 e o impacto da atual crise mundial sobre a economia e a sociedade mexicanas. O autor mostra a singularidade do empresariado daquele país e sua grande heterogeneidade de perspectivas, dependente da época, das gerações, do setor produtivo e da região de origem, entre outros fatores destacados por ele. A análise torna-se instigante sobretudo porque o México tem como pano de fundo um sistema político que emerge de uma revolução social, e nele as relações dos empresários com o Estado se distinguem das de outros países latino-americanos pela influência desta origem. O autor registra que o México tem 3.700km de fronteira com o país mais poderoso do mundo, e seu alto grau de integração à economia dos Estados Unidos faz dele um dos países da América Latina mais afetados pela recente crise do capitalismo.

Alejandro Balazote e Daniel Piccinini, em “Los efectos de la crisis global en la Argentina de la Post Convertibilidad. La racionalidad económica en discusión”, analisam a relação entre os impactos moderados da crise financeira de 2008 sobre a Argentina e o conjunto de medidas econômicas adotadas nos governos de Nestor e Cristina Kirchner para responder ao colapso econômico de 2001 naquele país, provocado pela política de conversibilidade do peso em dólar. Os autores sustentam que o impacto da crise de 2008 na Argentina não teve dimensão semelhante à de outras nações fundamentalmente em razão da menor dependência do país em relação ao crédito internacional, em função das políticas adotadas pelos governos Kirchner para sair do colapso gerado pelo fim da conversibilidade, em 2001. A partir de 2003, uma série de medidas econômicas ampliaram a ação do Estado, alteraram o papel dos mercados, ajustaram os mecanismos de regulação e configuraram

um novo padrão de acumulação com níveis maiores de participação e inclusão social. O impacto moderado da reação do mercado à crise deveu-se, na avaliação de Balazote e Piccinini, à desaceleração da tendência à internacionalização da economia, inclusive pela reversão de ativos privatizados nos anos 1990; aos freios ao endividamento pela falta de crédito; ao aumento da arrecadação em função de reformas tributárias; e à ampliação das reservas do Banco Central mediante a compra de dólares para manter o tipo de câmbio. Entre 2008 e 2010, o ritmo de crescimento econômico da Argentina diminuiu, e o desemprego aumentou. Balazote e Piccinini afirmam que ainda é objeto de controvérsia a caracterização do modelo econômico dos Kirchner como uma superação ou uma nova fase do neoliberalismo. Mas argumentam que a orientação adotada nos dois governos rompeu com a hegemonia do pensamento único.

Enquanto os artigos de Alba e Balazote e Piccinini analisam políticas de Estado e os interesses do empresariado no México e na Argentina, os textos seguintes focam a ação estratégica desse segmento e permitem avaliar a capacidade dos empresários de fazer valer seus interesses junto ao Executivo e ao Legislativo brasileiros.

A partir de uma revisão histórica que percorre várias décadas do processo de industrialização no Brasil, o artigo de Eli Diniz, “Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações”, analisa a trajetória política do empresariado industrial, abordando sua capacidade de mobilização e de participação política na defesa de seus interesses. Nesta revisão, que abarca o primeiro governo Lula, a autora observa, entre outros aspectos, uma linha de continuidade no comportamento empresarial do setor, identificado por um pragmatismo doutrinário-ideológico, revelado pelas “sucessivas adaptações a posturas de maior ou menor alinhamento com um papel mais ativo do Estado”. O aperfeiçoamento dos mecanismos de participação no Congresso e das relações com as instâncias de representação política nas últimas duas décadas são constatações da autora em relação aos empresários industriais que, ao longo do período, também adotaram uma estrutura organizacional complexa e diferenciada.

As formas de efetivação da pressão política do empresariado industrial são condicionadas pelas regras e dinâmica de funcionamento do sistema político brasileiro? Eugênia Rosa Cabral procura responder a essa questão com sua análise da ação do empresariado industrial sobre o Legislativo Federal, em decisões que conformaram a política ambiental no Brasil desde a Constituição de 1988. Ela definiu como objeto a ação direta e indireta do empresariado quanto a 60 projetos de leis ambientais que tramitaram no Congresso Nacional, entre 1988 e 2006, e integraram a Agenda Legislativa da Indústria (ALIN), entre 1997 e 2006. O artigo analisa a correlação entre as decisões legislativas e o acesso, a participação e a influência do empresariado. “Os resultados da pesquisa mostram que, através de *lobbies* e da representação formal no Congresso Nacional, direta e indiretamente, o empresariado industrial participa efetivamente nos processos de elaboração de leis ambientais”, escreve a autora. A ação política do setor envolve atividades de acompanhamento, análise, tomada de posição, orientação e pressão, realizadas pelo Conselho de Assuntos Legislativos (CAL) da Confederação Nacional da Indústria, “por dentro” ou “por fora” do processo de produção legislativa.

Apoiada na perspectiva analítica institucionalista e em evidências empíricas, a autora considera que a estratégia de pressão adotada pelo empresariado industrial é fortemente determinada pelas regras do Regimento Interno da Câmara e do Senado. O artigo mapeia as instâncias e agentes públicos que são objeto do *lobby* empresarial e examina, detalhadamente, os posicionamentos e as estratégias da indústria frente às propostas de legislação. Conclui que, “em 65% dos casos, o resultado final significou sucesso do *lobby* da CNI”. O estudo confirma “a hipótese de que o novo contexto político-institucional fortaleceu o sistema de representação corporativo e, ao mesmo tempo, definiu novas formas de articulação do empresariado industrial junto ao Estado, o que potencializou o seu poder de influência nas decisões concernentes à política ambiental”.

Enquanto o foco central da análise de Eli Diniz e Eugenia Cabral é o empresariado industrial, o artigo de Marcus Ianoni, “Ciência Política e sistema financeiro no Brasil: o artigo 192 da Constituição

Federal”, centra seu olhar no sistema financeiro do país. A Constituição de 1988 remeteu para lei complementar a regulação do sistema financeiro, incluindo questões polêmicas como as condições de participação do capital estrangeiro no setor, a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e, especialmente, a limitação da taxa de juros reais na concessão de crédito a 12% ao ano. A regulação complementar do Art. 192, no entanto, tem um histórico tortuoso no Congresso Nacional, propriamente de não regulação, e tem seu ponto de inflexão na aprovação da Emenda Constitucional 40, em maio de 2003, que revogou todos os incisos e parágrafos e modificou o *caput* do artigo. A análise desse processo é o foco do artigo, que examina quatro hipóteses explicativas para a não regulamentação presentes na bibliografia. A partir de pesquisa sobre a atuação do Congresso e do Poder Executivo relacionada à normatização e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, o autor avalia as hipóteses e aponta limites e possibilidades explicativas de cada uma delas.

Finalmente, no texto “O microempreendedorismo em questão: elementos para um modelo alternativo”, Luiz Inácio Gaiger e Andressa da Silva Correa desenvolvem uma crítica ao modelo convencional de promoção do empreendedorismo de pequeno porte, na esteira da concepção assumida pelo SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Os autores propõem reconduzir as discussões sobre o tema do empreendedorismo no intuito de destacar as limitações dessa perspectiva paradigmática convencional, assumida como a versão norteadora por excelência das políticas sociais, visando alertar para o que consideram um equívoco de interpretação da própria obra de Schumpeter, e ao mesmo tempo trazendo novos subsídios para compreender e alargar esta noção, visando à criação de um modelo alternativo. Os autores se debruçam, então, sobre as contribuições dos empreendimentos associativos, através das “novidades promissoras da Economia Solidária”, cuja promoção de empreendimentos requer a abertura para uma “percepção plural e dialética da economia e das estruturas sociais”. O enfoque inovador sugerido propõe colaborar com a conversão do empreendedorismo clássico que, segundo os autores, peca por ser contingente, único e efêmero, em condutas de largo alcance e em

políticas de longo prazo, e para isso desdobra-se em proposições que visam ao alargamento da noção de empreendedorismo.

* * *

Este dossiê é também uma homenagem a Cécile Helene Jeanne Raud, querida colega do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UFSC) que nos deixou precocemente em 2009. Membro ativo na rede de pesquisadores sobre Empresa, Empresários e Sociedade, ela fazia parte da Comissão Organizadora do VII Workshop e certamente estaria conosco na organização do presente dossiê. Cécile concluiu seu doutorado na França, país de seu nascimento, e ingressou na UFSC em 1998. Apesar da sua juventude, foi uma pesquisadora madura que nos deixou legado intelectual construído ao longo da sua breve, porém intensa trajetória de pesquisa construída no Brasil.